

ENCONTROS E ESTRANHAMENTOS NA CIDADE: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ARAGUARI-MG

Maria Gisele Peres¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas problematizações sobre a construção de uma versão da história sobre a cidade de Araguari-MG que tem prevalecido no circuito de difusão da cultura letrada. Para refletir sobre os sentidos desta versão escolhi analisar produções acadêmicas sobre a cidade, livros de memorialistas, Atas da Câmara Municipal e o Jornal Gazeta do Triângulo. O trabalho com estes materiais trouxe à tona disputas pelo direito à cidade.

Palavras-chave: História; memórias; cidade; relações de poder.

MEETINGS AND STRANGENESS IN THE CITY: MEMORIES AND HISTORIES OF ARAGUARI-MG

Abstract: The aim of this study is to present a few questionings upon the construction of a historical version about the city of Araguari-MG that has prevailed among the circuit of literate culture. In order to reflect about the meanings of this historical version, I have chosen to analyze scientific papers about the city, memoirist books, City Hall records and a local newspaper named “Jornal Gazeta do Triângulo”. The analysis of such materials brought up disputes over the right to the city.

Keywords: History; memories; city; power relations.

Este artigo tem o propósito de apresentar algumas reflexões/problematizações sobre práticas sociais que na cidade de Araguari-MG foram delimitando o que em sua história deveria ser lembrado ou esquecido. Essa proposta tem sua origem na tese de doutorado que desenvolvi e defendi no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e nasceu da estranheza que sempre me acompanhou ao viver nesta cidade. Esta estranheza foi se aprofundando ao longo da pesquisa ao perceber que algumas

* O artigo é fruto da pesquisa realizada por conta do doutoramento da autora, cuja tese, intitulada “Espaços e linguagens: marcos de memórias nas histórias de Araguari-MG (1888-1998)”, foi defendida junto ao PPGH/UFU no ano de 2014.

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de História do Instituto Federal Catarinense (IFSC/São Bento do Sul). E-mail: maria.peres@ifc.edu.br

memórias que se tornaram públicas ganharam força para serem transformadas em história da cidade em detrimento de outras que foram relegadas ao “esquecimento”.

Neste artigo busco refletir especificamente sobre textos de memorialistas e de jornais, assim como produções acadêmicas que estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Público Municipal desta cidade. A intenção é problematizar e contrapor uma história que se tornou pública e o distanciamento desta produção dos viveres de uma parcela da população que nela chegou nas décadas de 1970 e 1980 impulsionados pelos projetos empreendidos durante a Ditadura Militar.

Analiso também atas da Câmara Municipal cuja pesquisa abarcou o período de 1960 a 1990. Embora estes sejam documentos produzidos por um órgão de poder, nelas foi possível encontrar outros sujeitos que não ganharam visibilidade na versão da história que foi divulgada e ensinada. A intenção foi realizar uma leitura a contrapelo, lançando novas questões aos mesmos suportes de memória que foram utilizados para fundamentar marcos explicativos sobre o passado de Araguari.

Tendo em vista estas perspectivas de reflexão importa dizer que haveria muitas formas de conduzir o leitor a entrar nesta cidade. Todavia, minha opção é adentrá-la pelos espaços que fizeram parte de minhas vivências e que influenciaram minha visão sobre ela. Essa opção está diretamente relacionada aos meus próprios referentes de memória: sou filha de uma das muitas famílias de pequenos agricultores que, nas décadas de 1970 e 1980, escolheram Araguari, não apenas como uma saída para sobrevivência, mas principalmente para a construção de uma vida². Dessa forma, essa cidade em minha vida relaciona-se à experiência da mudança do Estado do Paraná para Minas Gerais, da idade escolar e da constituição de um círculo de amigos que congregavam vivências próximas à realidade da minha família.

Para quem não conhece esta cidade, alguns dados iniciais ajudam a situar melhor o leitor que se propôs a ler este texto: Araguari está localizada no Estado de Minas Gerais, na

² Além da minha família, também nossos vizinhos e muitos conhecidos que viviam em Jesuítas-PR vieram para Araguari-MG. A escolha da cidade foi feita anos antes, quando alguns desses vizinhos – impulsionados pelas notícias que chegavam sobre a produção de café nesta região – viajaram em grupo para conhecer o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Interessava, naquele momento, principalmente as cidades de Indianópolis, Patrocínio e Araguari. Embora a relação de amizade tenha sido mantida, a relação de vizinhança se alterou com a mudança. Ao chegar em Araguari, cada família foi trabalhar e viver em sítios distantes uns dos outros o que modificou a convivência, que antes se dava de forma mais cotidiana, e abriu espaço para a construção de outras relações de sociabilidade.

região denominada Triângulo Mineiro. Segundo o último censo demográfico do IBGE (2010) a sua população é de 109.801 habitantes, sendo sua área territorial de 2.729,507 Km². Faz divisa com as cidades mineiras de Uberlândia, Cascalho Rico, Indianópolis, Estrela do Sul, Tupaciguara e com o Estado de Goiás.

Nas lembranças dos caminhos que percorri durante boa parte de minha vida e que me levavam do campo à cidade, ou da cidade ao campo, ficaram as marcas da experiência de ter visto pela primeira vez um trem de cargas. Muitas vezes, ao seguirmos pela MG-028, que liga Araguari a Indianópolis, estrada que utilizávamos para ir do campo até a cidade, encontrávamos com o trem que seguia por alguns trechos às margens dessa estrada. Esta experiência ainda pode ser vivida por outras pessoas, uma vez que, em todas as direções, aquele que chega a Araguari, seja pela BR-050 em direção à Brasília, seja pela MG-223 ou 413 que a liga ao Estado de Goiás, pode encontrar em algum momento do seu caminho as linhas férreas que ainda permanecem e que são operadas pela empresa Centro Atlântica que, desde as privatizações de 1996, atua na região como veículo de escoação da produção agrícola.

Dos espaços vividos naquele tempo, ainda marcam minhas memórias os primeiros anos na escola estadual anexa ao Educandário Eunice Weaver³, na qual estudei por ser próxima à minha casa. Em um período no qual não havia transporte público escolar para aqueles que viviam no campo, esta foi uma alternativa encontrada por meus pais para minha alfabetização. Nela conheci a história da cidade narrada a partir do marco do “desbravamento do Sertão da Farinha Podre”, dos eventos comemorativos e do hino da cidade que cantávamos enquanto a bandeira de Araguari era hasteada, na qual, entre seus símbolos, está escrito: “Araguari, cidade surpresa”⁴.

Daquele momento ficou a sensação de que “tudo era novidade”. Começava, a partir desta escola, a descobrir uma cidade e a criar relações nela muito distintas da versão da

³ Escola localizada no interior deste educandário, também chamado de Preventório do Triângulo Mineiro. Nela era ministrado o ensino para as séries iniciais do ensino fundamental e tinha como objetivo atender as crianças que lá viviam como internos, além de contar com alguns alunos que moravam em sítios vizinhos a ele. Este Preventório foi inaugurado na zona rural de Araguari em 1952 com o objetivo de abrigar filhos de pais hansenianos. No período em que nele estudei havia poucas crianças que ainda permaneciam lá por esse motivo, afinal, a partir da década de 1980 já haviam sido elaboradas leis contra esta forma de segregação. Tratava-se, então, em sua maioria, de crianças e adolescentes que para lá foram enviados devido a um acordo firmado com a extinta FEBEM. Atualmente funciona em suas instalações uma penitenciária feminina.

⁴ A Bandeira e o Brasão do Município foram inventados em 7 de julho de 1966 por meio da Lei nº 1.156.

história que nos era ensinada. História que, localizada no passado, não tinha vínculos com os sentidos daquele presente vivido na década de 1980.

Cidade cheia de praças, onde muitas vezes passei horas brincando nos parquinhos infantis, que naquele tempo ainda existiam, enquanto esperava meus pais em seus afazeres que os conduziam à cidade: compras, serviço de banco, telefonia, correios, serviços de saúde entre tantos outros. Em minhas referências está também a feira livre, nela meu pai, como sitiante, vendeu legumes e verduras durante alguns anos para nossa sobrevivência, enquanto a lavoura de café ia sendo formada.

A igreja também era um espaço importante, assim como as festas juninas realizadas nas casas de vizinhos e conhecidos e que tinham seus sentidos mais ligados à confraternização do que ao sentido propriamente religioso. Essas festas reuniam muita gente, inclusive os que viviam distantes e que vinham especialmente para este momento, no qual à reza do terço se sucediam os fogos, a dança, as comidas e as histórias de assombração.

Outras escolas por onde passei também são espaços importantes que trazem à tona a diversidade que compõe a cidade que conheci. A Escola Estadual Eleonora Pierucetti, na qual estudei aproximadamente um ano e meio, reunia alunos principalmente dos bairros Amorim e Novo Horizonte⁵.

Ainda durante as séries iniciais estudei em uma escola rural denominada Centro Educacional Municipal José Inácio, localizada na região do distrito da Contenda, às margens da rodovia MG-028 – estrada para Indianópolis. Embora mais distante de nossa casa do que as escolas da cidade, a disponibilidade do transporte para os alunos da zona rural fez com que durante um ano eu convivesse com muitos outros filhos de agricultores, jovens que ainda muito novos se faziam trabalhadores nas lavouras de café, soja e tomate.

Mais tarde, já durante o ginásio – atual ensino fundamental II – quando passei a frequentar a Escola Estadual Paes de Almeida, localizada no Bairro do Bosque, tive colegas filhos de açougueiros, vendedores de pamonha, boias-frias, feirantes, moradores das

⁵ Estes são bairros de trabalhadores, com pouca infraestrutura, marcados pela carência de recursos, com suas casas de meia-água, terrenos que abrigavam pequenas casas na qual a família toda ia ficando por ali e se arrumando como podia. As brincadeiras na rua e também as brigas, a utilização da mercearia da esquina, as pessoas sentadas na porta de casa conversando são práticas presentes nesses bairros que remetem a formas de viver a cidade e sociabilidades intrínsecas à classe trabalhadora.

imediações da escola e do curtume instalado próximo ao córrego Brejo Alegre, nas proximidades do Bosque John Kennedy.

Para mim, naquele momento, Araguari era basicamente esses espaços, talvez, extrapolando um pouco, a região central, utilizada para as compras ou por motivos de saúde. Foi apenas no ensino médio que meus caminhos encontraram de forma mais concreta a área considerada como centro da cidade. Passei a estudar na Escola Estadual Raul Soares, a frequentar o Cine Ritz – que funcionou na Praça Manoel Bonito até o final de 2007 – e ir nos finais de semana à Igreja Matriz, ponto de encontro com amigos de onde íamos para outros espaços.

Nesta escola estudei com colegas que viviam em diferentes bairros da cidade e que iam para lá principalmente porque no bairro em que moravam não havia ensino médio. Desta forma, os espaços considerados centro da cidade foi para muitos, assim como foi para mim, espaços de acesso a benefícios que não estavam disponíveis nos locais onde viviam.

Nessa perspectiva, compreendo que essas escolas são espaços públicos que congregam a pluralidade de vivências que constitui a cidade e cuja função principal é a alfabetização, objetivando a disseminação de uma cultura letrada. Nelas o ensino de História como disciplina obrigatória é um dos veículos de difusão de memórias públicas sobre a cidade, ensinando e produzindo sentidos sobre o passado referenciado em marcos que muitas vezes se distanciam das vivências sociais daqueles que ali estão presentes como alunos. Esta percepção e a busca por compreender a historicidade que engendrou esta cidade conduziu à reflexão da produção acadêmica sobre ela. Afinal, como outros que se aventuraram em compreendê-la a interpretaram?

Na análise empreendida sobre esta produção chamou atenção a incorporação de marcos que naturalizam versões sobre o passado e produzem socialmente esquecimentos, além de atribuir sentidos a alguns dos espaços, ou “estratos” da cidade tomando como referência especialmente a fundação de instituições políticas. Trata-se de produções que não estão restritas a área da história e que se fundamentam em concepções conservadoras, referenciadas especialmente em trabalhos de memorialistas, textos e documentos produzidos por “órgãos oficiais” como o próprio Arquivo Público Municipal, a Prefeitura, empresas ferroviárias, entre outros.

Essa é a perspectiva que sobressai na monografia em história produzida por Rosani Aparecida Zilli em 1997, intitulada *Uma memória oculta*. Embora tenha como proposta analisar a inserção da mulher na vida política de Araguari, empreendendo uma pesquisa sobre a vida de Ilda Ferreira⁶, a autora dedica todo o primeiro capítulo à produção de um apanhado histórico da formação do município de Araguari. Essa opção é justificada por ela na introdução da seguinte forma:

Procuramos levantar uma bibliografia que nos permitisse conhecer ou pelo menos verificar o desenvolvimento de Araguari desde sua criação. Deparamos com a escassez de uma produção historiográfica voltada à reconstrução da memória do município (ZILLI, 1997: 16).

Assim, buscando sanar uma dificuldade encontrada por ela ao longo da pesquisa que empreendeu, Zilli produz uma interpretação sobre a formação e gênese de Araguari retomando o “desbravamento” do Triângulo Mineiro pelos bandeirantes – em especial Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera – como marco de fundação desta região e, conseqüentemente, mais tarde do próprio município.

De acordo com Zilli:

a origem de Araguari data do início do século XIX, quando Antônio de Resende Costa, o “Major do Córrego Fundo”, comissário de Sesmarias na Região do Triângulo tomou posse de um terreno entre as sesmarias por ele demarcadas. Mais tarde doou este terreno a uma já existente capela sob invocação do “Senhor Bom Jesus da Cana Verde”. Ao redor desta foram-se concentrando fazendeiros das imediações que fundaram o “Arraial de Ventania” (ZILLI, 1997: 19-20).

Nessa perspectiva, a autora produz uma interpretação na qual Araguari vai “evoluindo” de arraial para vila e de vila para cidade, fato provavelmente ocorrido em 1888.

Essa versão sobre as origens da região do Triângulo Mineiro e de Araguari, enquanto um município nela inserido, é retomada por Jhonny de Oliveira Borges em sua dissertação de mestrado em geografia. Nela a preocupação do autor está em entender o processo de ocupação da comunidade rural do Fundão localizada no município de Araguari, suas atividades produtivas, relações sociais e práticas culturais. Todavia, assim como Zilli,

⁶ Vereadora eleita em 1947, filiada ao PCB, mas candidata pelo PSD.

Borges alega uma escassez de referências sobre a história de Araguari o que o conduz a tentar reparar este problema:

A pesquisa se justifica por entendermos que ela será uma contribuição para o resgate da história, não só da comunidade rural do Fundão, como também da cidade de Araguari. Pouco se escreveu sobre as origens de Araguari e das atividades produtivas que, inicialmente, foram instaladas no município (BORGES, 2006: 17).

Assim, nos dois capítulos iniciais o autor dedica-se a produzir um histórico da região do Fundão, assim como de Araguari. Nesse histórico, os bandeirantes paulistas ganham espaço como “*grandes desbravadores dos sertões do Brasil*” (BORGES, 2006: 32). Sua narrativa se aproxima sobremaneira daquela de Zilli ao focar a divisão de terras no Brasil para chegar então à Sesmaria do Sertão da Farinha Podre e, a partir daí, a demarcação das sesmarias do Serrote e da Pedra Preta, estabelecida pelo Major do Córrego Fundo, consideradas pelo autor “*como sendo o foco inicial de povoamento do município, que grande importância teve para a história do lugar*” (BORGES, 2006: 34).

Continuando nessa direção, o autor afirma:

Dezesseis anos depois da demarcação das duas Sesmarias, feito a pedido de Justa Inocência, mais exatamente no ano de 1834, o Sr. Antônio de Resende Costa fez um termo de doação no qual passava, para a Igreja do Patrimônio (nome dadas a estas terras doadas), uma grande área localizada entre as duas sesmarias, onde, durante a década de 1840, foi construída a primeira Igreja da então Freguesia do Brejo Alegre, em louvor ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde (BORGES, 2006: 37).

A partir de uma perspectiva conservadora são produzidas interpretações sobre a natureza histórica da cidade relacionando-a aos marcos fundantes de suas instituições. Por isso, nela a área que abrange a Igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde vai ganhando importância como espaço de formação inicial da cidade, no qual agregou ao seu redor as primeiras casas de fazendeiros que ali se instalavam para participar dos ritos religiosos. De acordo com o autor, mesmo a vila sendo elevada à categoria de cidade, a produção voltada para a subsistência não despertava o interesse de bandeirantes e tropeiros que buscavam oportunidades em outras paragens. A cidade só passa a atrair pessoas com a instalação da ferrovia no final do século XIX.

O ponto ao qual Borges chegou, mas que não era sua preocupação central, aparece como tema de pesquisa na dissertação de mestrado em geografia produzida por Fábio

Macedo Tristão Barbosa. Nela o autor discute a influência da ferrovia na constituição da cidade, tomando-a como elemento estruturador de seu espaço urbano. Por isso, classificada por ele como cidade-ferroviária.

Embora esse enquadramento não permita encontrar o social na estrutura na qual Barbosa restringe a cidade, a marcante presença dos trilhos de ferro encravados na paisagem social de Araguari e a visão da cidade a partir de uma das sacadas do prédio da extinta estação de passageiros da Estrada de Ferro Goiás – local que atualmente abriga a Prefeitura Municipal – do qual é possível ver ao longe o traçado de inúmeras ruas que para ela convergem, me levaram a aproximar minhas reflexões das proposições colocadas por este autor, segundo o qual “*a ferrovia teve papel sine qua non na estruturação urbana e no modo de viver a cidade*” (BARBOSA, 2008: 18).

Todavia, o que me chamou atenção em seu trabalho é que, ao buscar compreender o “*processo histórico-geográfico que fez surgir a cidade, sua gênese, e a subsequente evolução e desenvolvimento do espaço urbano*”, Barbosa (2008: 18), assim como os autores acima citados, retomava uma história que já me havia sido contada muitos anos antes quando na escola me foi ensinado o que o autor chama de “*história social do município que, de Sertão da Farinha Podre, evolui para formar a cidade de Araguari*” (BARBOSA, 2008: 18). Ou seja, uma versão da história há muito divulgada nas salas de aula do município e que narra sobre suas origens a partir da epopeia de grupos de “desbravadores” que seriam os responsáveis pela introdução da “civilização”.

Assim, embora o autor destaque que a formação da região do Triângulo Mineiro foi um longo processo conflituoso de disputas entre tribos indígenas e entre estas e bandeirantes pelo domínio das terras e, em tom de crítica, comente a dominação imposta pelo homem branco, este continua sendo o marco de constituição da cidade. O mito fundador⁷, a partir do qual é atribuído às expedições religiosas e de bandeirantes o desbravamento da região, permanece como primordial para a fundação de Araguari.

Não há porque não reconhecer que este era um lugar de passagem de tropas, todavia, importa não reduzir a reflexão a esta simples constatação, mas buscar outras evidências que possibilitem problematizar sobre o porquê da versão de uma cidade feita pelos “de fora” prevalecer e o que esta versão silencia.

⁷ Sobre este suposto teórico, ver Chauí (2000).

Essa versão fundamenta-se em suportes pertencentes ao Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” de Araguari. Este Arquivo foi inaugurado em 1994, mas sua proposta nasce no final da década de 1980 quando tem início o projeto de elaboração de um livro sobre a história da cidade. Esse livro foi produzido em 1988 para compor as festividades do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade (1888-1988) e fez com que fosse colocada em discussão a necessidade de criação de um arquivo municipal para guardar e disponibilizar para pesquisa o material que foi coletado para sua produção, assim como os documentos da própria Prefeitura que até então ficavam nas mãos de particulares.

O livro, – Araguari, cem anos de dados e fatos – produzido e lançado pela Prefeitura em 1988, foi o resultado do convênio firmado entre a então Fundação Educacional e Cultural de Araguari (FUNEC) e a extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (FAFI), sendo o curso de história o responsável pela sua organização.

Uma reportagem do *Jornal Gazeta do Triângulo*⁸, especialmente dedicada à comissão formada pela FAFI para pesquisar e produzir o livro sobre a história de Araguari, evidencia que, em sua maioria, eram pessoas que estavam envolvidas com as áreas de educação e cultura do município⁹. Dentre elas fizeram parte da comissão Abdala Mameri¹⁰ e Afif Rade¹¹, ambos diretamente ligados à *Gazeta do Triângulo*, o que indica que este jornal se colocou como um sujeito ativo nesse processo, buscando fazer que as memórias que ajudou a produzir ao longo de sua existência se tornassem dominantes. Os componentes dessa comissão explicitam uma rede de relações de grupos que circulavam

⁸ Fundado em 1937, é produzido ainda hoje pelo Grupo Amaral & Amaral Advogados Associados que efetivou sua compra em 2004. De caráter conservador, nasceu atrelado às ações da Prefeitura Municipal, sendo vendido no final da década de 1940 para a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e novamente vendido em 1966 para Afif Rade, também ligado ao grupo católico e de proprietários do qual o adquiriu, dando continuidade a suas ideias e propostas até sua venda em 2004.

⁹ ARAGUARI, cidade centenária. Comissão para os 100. *Jornal Gazeta do Triângulo*, Araguari, n. 5.514, 11 jul. 1988.

¹⁰ Conhecido como professor Abdala, foi funcionário do Banco do Brasil, redator-chefe do *Jornal Gazeta do Triângulo*, vereador na década de 1980 pelo PMDB, membro-fundador da Academia de Letras de Araguari, fez parte da comissão organizadora da Casa da Cultura, corresponsável pela organização do Arquivo Público Municipal. Mameri aparece como referência em muitos escritos sobre a história da cidade, inclusive no livro *Araguari cem anos de dados e fatos*. Em sua homenagem, a Casa da Cultura recebeu seu nome. Existe também uma sala com seu nome no interior da Escola Estadual Raul Soares.

¹¹ Libanês que chegou com sua família a Araguari em 1933, com 21 anos de idade. Trabalhou como mascate e radialista, além de contribuir com a *Gazeta do Triângulo* com notícias sobre esporte, antes de adquiri-la em 1966. Ficou à frente da *Gazeta* até 2004 quando, aos 91 anos de idade, decidiu vendê-la para que ela pudesse continuar a existir mesmo sem ele. O Grupo Amaral efetivou a compra e o jornal permanece em circulação até a presente data. Para tanto, ver César (2005).

entre o governo municipal, a Gazeta do Triângulo que apoiava o governo, e a Faculdade da cidade, que era financiada pela Prefeitura Municipal por meio da FUNEC.

São os membros desse grupo que, referenciados como autoridades para pesquisar e escrever a história da cidade, deveriam fornecer ao livro o tom de veracidade, preocupação que, embora não seja possível afirmar ser de todos os integrantes da comissão, era ao menos da Gazeta do Triângulo, uma vez que envolvia principalmente “dados e fatos” dos grupos por ela representados.

Nesse sentido, consta na mesma reportagem sobre a formação da comissão alguns critérios que, segundo o jornal, deveriam ser utilizados para garantir a veracidade:

Pelo que se sabe as pesquisas, em caráter o mais sério possível, em se tratando de História de nossa Araguari, serão feitas em Cartórios, repartições públicas, documentos idôneos, através de entrevistas com pessoas de ilibada reputação, que se estenderão aos distritos de Piracaíba, Amanhece, Florestina, etc.

Vamos torcer para o êxito desta maravilhosa empreitada cultural, que poderá sanar grande lacuna desta cidade, a História de Araguari, narrada pelos seus próprios filhos, maior marco, sem dúvida, dos seus 100 Anos. “A História é a mestra da vida”, já dizia Cícero¹².

A organização da pesquisa orientada pela faculdade, a utilização de documentos considerados oficiais por serem produzidos por instituições e a lembrança de pessoas sem manchas em sua reputação foram as bases para eleger o que seria escolhido como passado significativo. Porém, quem seriam essas pessoas de “reputação ilibada”?¹³. Os documentos feitos em cartórios e repartições públicas preservam comumente as memórias de quais grupos?

Esses critérios indicam que nem todas as pessoas poderiam contribuir com a produção do livro. Nem todas as memórias poderiam entrar para a história, mas apenas aquelas que vinham de vozes autorizadas, ocorrendo, assim, a produção de um discurso competente, ou seja, um discurso instituído, “aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUI, 2006: 19).

¹² ARAGUARI, cidade centenária. Comissão para os 100. *Jornal Gazeta do Triângulo*, Araguari, n. 5.514, 11 jul. 1988.

¹³ Importa dizer que não foi possível encontrar referências sobre quem foram essas pessoas que concederam entrevistas, tampouco se realmente estas foram produzidas.

A história produzida a partir desse discurso elaborado por pessoas escolhidas como competentes para falar e pesquisar sobre Araguari buscou sua fundamentação em documentos que foram, neste processo, transformados em monumentos de poder¹⁴, prática que conduziu à atribuição de sentidos ao passado que valorizaram marcos de poder instituído.

No prefácio, escrito pelo então prefeito Neiton de Paiva Neves, houve o cuidado de ressaltar os limites desta obra:

Não se trata, e fica evidenciado na sua leitura, de uma obra definitiva sobre a história de Araguari. O que se pretendeu foi fazer um registro dos principais fatos e dados de nossa história nestes cem anos passados, sem a preocupação de esgotar o tema.

Preocupação houve, sim, de guardar fidelidade às informações de que se compõe o livro, levantadas em pesquisas, entrevistas, depoimentos, documentos, jornais, fotografias, etc.

Críticos mais rigorosos poderiam dizer que este livro omite fatos e dados mais importantes e documenta outros nem tanto.

Contudo, aqui não se faz juízo de valor; ficam por conta de cada um os critérios de avaliação (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 7).

Todavia, reconhecer seus limites não diminui os significados da seleção que foi empreendida por meio de sua produção. Trata-se de escolhas que foram feitas e como estas influenciaram outras pesquisas e trabalhos sobre a cidade ao se transformar em referência para a produção de artigos de jornais, revistas, livros, além de influenciar também a produção acadêmica.

Desta forma, essa seleção contribuiu sobremaneira para a produção daquilo que o Grupo de Memória Popular chamou de “campo das representações públicas da história” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004: 284) que irá afetar concepções sobre o passado e o presente, assim como, sobre as práticas de dominação impostas àqueles que têm sido “esquecidos”.

Os marcos a partir dos quais o Arquivo Público Municipal de Araguari foi organizado, e que são apresentados aos pesquisadores que para lá se dirigem interessados na história da cidade, foram valorizados, escolhidos e delineados a partir dessa obra. Por isso, importa problematizar quais interesses se entrelaçaram à sua produção e como estes

¹⁴ Ver Le Goff (2003: 525-539). Texto importante por refletir como o que persiste do passado é uma escolha, seja de historiadores ou daqueles que buscam preservá-lo.

dialogavam com os processos sociais vividos na década de 1980. Afinal, qual história era comemorada por meio dessa obra?

O conteúdo do livro, como o próprio nome sugere, é uma seleção de dados e fatos que procura estabelecer uma continuidade sem conflitos, organizando, assim, um referencial comum para o passado. Desta forma, têm-se uma leitura linear e homogênea do passado da cidade que surge da epopeia dos primeiros “desbravadores” – os bandeirantes – que, com “espírito aventureiro” foram abrindo caminhos até Goiás.

Os “desbravadores” são apresentados como aqueles que trouxeram “as primeiras marcas da vida civilizada de que historicamente se tem notícia” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988:14). Nessa direção, índios caiapós, quilombolas e “ferozes silvícolas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 15) que povoavam a região são apresentados na tensão entre o que se considerou como barbárie, representada por esses grupos, e civilização, que haveria sido trazida pelos “desbravadores”, delineando, assim, os desafios enfrentados para que o Sertão da Farinha Podre se transformasse em Triângulo Mineiro.

Por meio desses marcos, a história de Araguari vai surgindo do “progresso” estimulado por alguns povoadores que se sacrificaram pelas “terras desconhecidas e maravilhosas do Brasil Central” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 15). A partir daí, através da criação de arraiais, acordos e alvarás surge a Freguesia de Brejo Alegre, concentração de habitantes que se estabeleceram ao redor da Igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Entre decretos e esforços do Padre Lafayette de Godoy, deputado provincial entre 1888-1889, a Vila de Brejo Alegre é elevada à categoria de cidade.

Desta forma, a cidade resulta das ações dos poderes que se instituíram no bojo do que foi considerado “processo civilizatório” pelos grupos dominantes: executivo, legislativo e judiciário. E das práticas que buscaram impor: criação de impostos; instrução primária; nomeação de ruas; aprovação da planta da cidade; construção de cemitério; ferrovias; instalação de luz, telefone e água; abertura de estradas; entre outras ações apresentadas como se não existissem disputas ou projetos diferenciados. Infere-se, assim, coesão social ao mesmo tempo em que busca dar validade a práticas de poder que atuaram na produção da cidade, mas que, todavia, não foram únicas.

Interessa observar que nele ganharam destaque alguns imóveis que referenciam esses poderes e equipamentos: a antiga Câmara e Cadeia Municipal, o Prédio da Cemig, a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás e as escolas Raul Soares, Regina Pacis e Sagrado Corações de Jesus. Além desses, a Praça Manoel Bonito aparece como um ponto importante de referência para a história da cidade.

Na obra também é dada ênfase aos nomes de latifundiários ligados à pecuária e à agricultura e, como que simulando um movimento que indica “progresso”, são apresentadas em seguida algumas das indústrias que foram instaladas na cidade nas primeiras décadas do século XX: olarias, charqueadas, frigoríficos, máquinas de beneficiamento de arroz, fábricas de banha, sabão, ração e adubo, botinas, macarrão e bolachas.

Algumas dessas indústrias ainda estão presentes na cidade, embora não atuem no mesmo seguimento de origem: a Indústria Serrador, fundada por Manoel da Cruz Povia – atual Irmãos Povia – e a fábrica de carroças de Pedro Nasciutti – atual Lunasa. O comércio também ganha destaque. São apresentadas as primeiras casas de ferragens, fazendas, armarinhos, farmácias, armazéns de secos e molhados, porcelanas, artigos finos, padarias.

Além disso, esses estabelecimentos se tornaram referência na memória da cidade por meio, especialmente, de nomes de praças, ruas e avenidas que homenageiam seus proprietários: Pedro Nasciutti, Manoel Cruz Povia, Jaime Orsi, Nephtalli Vieira, Nicolau Dorázio, Joaquim Aníbal, Natal Mujalli, entre muitos outros.

Já os trabalhadores ganham espaço apenas em dois momentos da obra. Em um deles aparecem rapidamente como “boias-frias” que vieram para trabalhar nas lavouras de café:

A qualidade do café araguarino, segundo Roberto Silva Sartori, ‘é das melhores do Brasil, no tipo e na bebida. Ele assegura que os cafés do município, exportados para outros países, lá são conhecidos como ‘extra finos’.

‘Mas para que o precioso líquido...chegue à mesa...é preciso muito sacrifício, que começa com o trabalhador rural, ou até mesmo com o operário temporário, chamado ‘bóia-fria’... Este trabalhador, quase sempre não bem garantido diante das leis federais, não goza de benefícios da Previdência Social e muito menos não tem, a exemplo de outros profissionais, o seu 13º salário, o seu abono família, o período de férias e muitos outros atributos...’

Araguari possui mais de dois mil bóias frias, permanentemente, nas fazendas, colhendo, plantando, somados a outros, mais de 15 mil, que, na época da colheita, se associam a eles (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 126-127).

Há, assim, uma clara distinção entre os que foram selecionados e publicizados como “empreendedores” e que foram “imortalizados” por meio da atribuição de seus nomes a diversos espaços e vias públicas, e os inúmeros sujeitos “sem-nome” que aparecem apenas em um momento em que a possível qualidade da produção de café é exaltada. Eles surgem como números e por meio das dificuldades que enfrentam, embora estas pareçam ser atenuadas pelo fruto de seu trabalho: a produção do “melhor café do Brasil”.

Em outro momento, aparecem a partir das festas consideradas populares, como o carnaval, congos e moçambiques. Estes últimos apresentados como uma manifestação religiosa que se tornou folclórica, sendo o folclore assim definido no livro: “O folclore existe em todos os povos, sendo o fruto da cultura popular, e é reconhecível através dos mitos, lendas, contos, ditos populares, rodas infantis, música, dança, artesanato, usos e costumes populares” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 163).

Trata-se de uma concepção que coloca como secundários os significados produzidos a partir das experiências e da consciência vividas por sujeitos no fazer-se enquanto classe trabalhadora. Valores que, inscritos nos modos de viver desta classe, são disputados socialmente. Por isso, não são estáticos e estão sendo continuamente recriados e incorporados no movimento de constituição das relações sociais ao longo do tempo¹⁵.

É por meio desta disputa e atribuição de valores que essa definição que tenta isolar o que pertence ou não pertence aos grupos identificados como populares vai sendo produzida na tentativa de delimitar também outras “manifestações” artísticas que, na contraposição com a cultura das classes trabalhadoras, são consideradas como arte: esculturas, cerâmicas, artes plásticas, literatura, fotografia e música (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, 1988: 213).

Essa contraposição ganha força na atuação de um grupo de letrados que produz uma versão sobre o passado da cidade, que anula a capacidade de uma maioria de ser sujeito de sua história, ocultando projetos diferenciados e os conflitos deles resultantes, na tentativa de construir a imagem de uma cidade harmônica.

Todavia, para além do circuito da produção de uma cultura letrada, importa indagar: qual o lugar desses sujeitos na cidade e na produção de sua história? Ainda marcam minhas

¹⁵ Para a reflexão sobre a tentativa de folclorizar práticas sociais das classes trabalhadoras, foi importante ler o texto “Folclore, antropologia e história social, publicado por Thompson (2001).

memórias algumas das festividades que foram organizadas para as comemorações do centenário da cidade no ano de 1988. Nos diversos eventos organizados, seja sob o luar do cerrado ou do forte sol do sertão das Minas Gerais, sujeitos de toda Araguari se reuniam para comemorar sua cidade, ao mesmo tempo em que imprimiam nela suas presenças.

Assim como eu, muitas dessas pessoas que viveram essas comemorações eram filhas de famílias de trabalhadores vindos de outras localidades. Muitos vieram do Nordeste – em especial Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará – e dos estados do Paraná e São Paulo. Entre eles, também era possível encontrar trabalhadores vindos de cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do vizinho estado de Goiás.

Esses trabalhadores chegaram a Araguari principalmente entre os anos de 1970 e 1980 em busca de trabalho, sobretudo nas lavouras de café, tomate e maracujá. Este era um momento no qual o campo estava sendo modificado a partir da criação de projetos e programas dos governos militares para o “desenvolvimento” do cerrado mineiro. Esse “desenvolvimento” estava direcionado não aos trabalhadores, mas servia aos interesses dos grandes proprietários rurais que compartilhavam dos projetos da Ditadura Militar de diversificar e expandir a fronteira agrícola que, ao abrir novas frentes de colonização, buscava reordenar as relações capitalistas tanto nos campos quanto nas cidades¹⁶.

Nesse processo, técnicas avançadas e insumos agrícolas, somados à orientação de um agrônomo – figura que desempenha um papel importante nesse processo, ora ensinando o manejo do solo e o cultivo da lavoura, ora introduzindo os defensivos agrícolas que se tornaram indispensáveis para a produção agroindustrial – são introduzidos como a solução para as terras do cerrado, consideradas improdutivas. No caso de Araguari, essa tentativa de inseri-la nos programas propostos pelo governo militar de intervenção no campo significava conseguir um lugar junto aos projetos de “desenvolvimento” nacional financiados pelo governo federal e de fazer crescer também sua economia.

O debate sobre a necessidade de uma “volta” ao campo, como saída para a estagnação pela qual a cidade passava, materializou-se no livro “Rumo à Terra. Painéis Rurais”, de Adalindo de Amorim, médico e ex-prefeito de Araguari (1951-1955). O livro, lançado em 1972, consiste basicamente de uma série de artigos que escreveu para os jornais

¹⁶ Para maior aprofundamento desta reflexão sobre como os projetos da Ditadura Militar foram apresentados e, inclusive, incorporados pela produção acadêmica como meios de modernização, desenvolvimento e progresso, ver Araújo (2009).

Botija Parda e Gazeta do Triângulo, nos quais o autor, partidário da Arena, apoiava o prefeito Milton Lima Filho¹⁷, do então MDB, que naquele momento alinhou suas propostas de desenvolvimento econômico da cidade aos projetos defendidos pela Arena, o que explica tal aproximação.

O prefácio, escrito por Abdala Mameri, indica os grupos envolvidos nesse empreendimento, além de explicitar o tom atribuído por Amorim a este debate:

Dr. Adalindo de Amorim gosta da terra, à qual vota entranhado amor, apoiando de maneira significativa as decisões da administração municipal do Dr. Milton de Lima Filho para iniciar a campanha de diversificação da agricultura, de esclarecimentos aos homens do campo, no sentido de proporcionar-lhes melhores condições de trabalho, impulsionado pelo Banco do Brasil, pela Acar, pelo Departamento de Assistência Rural, pelo Sindicato Rural, pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais e por outros departamentos.

A luta é grandiosa, para retomarmos o antigo ritmo de progresso rural, ocasionando fartura e bem-estar; os horizontes são promissores e Araguari haverá de levantar-se (AMORIM, 1972: 7-8).

Levantar Araguari envolvia, assim, muitos interesses e grupos que se colocavam como “vanguarda” para tal empreendimento. A terra é vista como a salvação e o homem do campo como aquele que precisava ser ensinado a produzir. Sob a divisa “Diversificação ou morte” – título de um dos capítulos – Amorim sentencia:

Quem alegrar esses campos tristonhos, quem repovoá-los e restituir-lhes vida e movimento, rasgando imensos e rendosos jardins agrícolas, este tal será dez vezes benemérito e terá a glória de levantar um município doente, cronicamente enfermo e os corvos agressivos e croscitantes serão expulsos do agouro diabólico diante das festas e das danças da felicidade (AMORIM, 1972: 42).

Os projetos de “volta” ao campo defendidos por Amorim, embora proclamassem a necessidade de fixar a população rural à terra, não criou condições para sua permanência. Na prática, a opção por um modelo que utilizava modernas inovações tecnológicas expropriou muitas famílias que viviam da pequena produção, isso porque os incentivos financeiros estiveram voltados principalmente para os médios e grandes proprietários¹⁸.

¹⁷ Prefeito de Araguari pelo MDB (Movimento Democrático Nacional) entre 1971-1973.

¹⁸ Sobre as políticas de incentivo à agricultura, ver Araújo (2009), em especial o segundo capítulo no qual a autora oferece subsídios para reflexão sobre estes programas e seu impacto para as transformações do campo e da área urbana do município de Araguari.

Seguindo outro caminho de pesquisa e rompendo com versões conservadoras da história, ao problematizar o processo que conduziu a mecanização do campo em Araguari, especialmente para a produção de café, Maria Andréia Angelotti Carmo, em seu livro *Lavradores de sonhos. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes*, aponta que a tecnologia utilizada para a produção agrícola não prendia o trabalhador ao campo, pelo contrário, acabava por expulsar pequenos produtores que foram obrigados a ir para a cidade. No entanto, esses sujeitos permaneciam ligados à terra por meio do trabalho sazonal no período da colheita ou mesmo como boia-fria ao longo de todo ano. Alegria nos campos tristonhos significou, assim, uma guinada para o que nas décadas de 1980 e 1990 se consolidou como agronegócio.

Nessa direção, somente pela ideia de abandono e de atraso é que se justificava a introdução de um novo modo de fazer a terra produzir. Assim, frente às novas invenções tecnológicas, o campo estava morto, devendo ser ressuscitado por aqueles que tinham consciência para isso. Logicamente, para o grupo no qual Amorim fazia parte, esses homens conscientes não eram os trabalhadores rurais que haviam abandonado suas terras ou que produziam sem o uso das novas tecnologias. Os responsáveis pelo renascimento do campo seriam os homens citadinos, sujeitos que seriam capazes de levar o “progresso” da cidade para o campo. A esta concepção somava-se ainda uma visão nostálgica que colocava o campo como o lugar de esperança, felicidade, calma¹⁹.

Corroborando estas reflexões estão os dados demográficos por meio dos quais interpreto que a mecanização da agricultura e a propaganda sobre Araguari, feita pelo então prefeito Milton Lima Filho em outras cidades e estados com o objetivo de atrair investidores, provocou a vinda de inúmeros sujeitos para o município, especialmente trabalhadores. A maioria deles, ainda que empregados na zona rural do município, estabeleceram-se na cidade. Araguari, que contava em 1970 com 63.368 habitantes chega em 1980 a 83.519, ocorrendo um crescimento populacional de 24,2% em sua população

¹⁹ Sobre essa problemática é instigante a reflexão desenvolvida por Inácio que em sua tese de doutorado vai desmontando argumentos que apresentam o campo ora de forma nostálgica, ora como um lugar morto que deve ser redimido pelo agronegócio. Para tanto, consultar Inácio (2009).

total, ao mesmo tempo em que houve decréscimo no número de habitantes da zona rural que de 13.559 passa para 9.252²⁰.

Importa dizer também que, em minhas memórias de infância, o que marca não são as propagandas estimuladas pelo prefeito. Possivelmente, os primeiros a se mudarem para Araguari vieram devido às primeiras notícias que foram veiculadas por jornais ou rádios. Todavia, assim como ocorreu com minha família, muitas outras vieram devido às notícias que chegavam de conhecidos que já haviam se mudado para o município de Araguari. Recordo-me claramente que nossos vizinhos em Jesuítas-PR mudaram-se todos para pequenos sítios próximos desta cidade e depois voltavam para visitar familiares e amigos que haviam ficado, ou ainda mantinham contado, especialmente por carta, fazendo com que a expansão da fronteira agrícola acontecesse também no “boca-a-boca”.

Assim, os próprios trabalhadores contribuíram para a construção de uma imagem positiva sobre o lugar para o qual se mudaram ao indicarem que nele seria possível construir uma vida melhor do que aquela que haviam deixado.

Em Araguari, além do trabalho no campo, grandes empreendimentos atraíram trabalhadores para a construção civil. Muitos trabalhavam na construção do Ginásio Poliesportivo e da Usina Hidrelétrica de Emborcação, que chegou a empregar 4.000 operários²¹. O impacto da construção dessa hidrelétrica foi tamanho que levou a Construtora Andrade Gutierrez, responsável pelas obras, a construir na cidade uma vila para os trabalhadores, a vila Gutierrez.

Essas inúmeras “chegadas” fizeram com que a cidade se transformasse. Esses trabalhadores viviam nela das mais diferentes formas e imprimiam nela seus modos de viver a partir de seus valores e necessidades, tensionando, assim, a imagem da cidade buscada em um passado idealizado.

Uma matéria de capa da Gazeta do Triângulo constituiu-se em oportunidade para aprofundar as reflexões sobre as tensões que permeavam as disputas pela cidade nesse momento:

²⁰ Os percentuais foram calculados por mim a partir dos dados compilados do Censo demográfico: dados distritais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, Volume 1 – Tomo 3 – Número 14 (Minas Gerais) e Banco de Dados do IBGE disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>, acesso em 16/03/2013.

²¹ EMBORCAÇÃO uma usina de posição estratégica. *Jornal Botija Parda*, n. 649, 20 fev.1983.

Araguari cresce. Ninguém pode deixar de reconhecer esta realidade. Nos últimos anos, com a vinda de diversas construtoras, a cidade espreguiçou-se, movimentou-se e deu início a uma nova marcha de progresso.

Com isso o aumento da população, principalmente da chamada população flutuante ou migratória, a busca maior de imóveis para compra e aluguel; a procura por terrenos para construção. Esse corre-corre, essa especulação, essa euforia por novos negócios, conquanto sejam um ponto positivo, não deixa de trazer certas dificuldades para a cidade.

É aí que deve se fazer presente o representante do Poder Legislativo [...]

E aí vem um apelo: Araguari precisa urgente de uma lei de uso dos solos. Um plano diretor. Um esquema de desenvolvimento. Um traçado-base. Um levantamento geográfico. Para que a cidade cresça organizada. Para que o Executivo e seus Departamentos possam planejar e administrar. Para que o dinheiro do povo possa ser bem aplicado. Para que as obras públicas possam ser definidas. Para que a tradição seja cultivada e os valores sentimentais sejam preservados.

Uma lei de usos dos solos urbanos, senhores vereadores, deve surgir, com detalhes, com perspectivas, com proveito. Esse o apelo!²²

Ao expressar a necessidade de um ordenamento urbano que deve ser respeitado pelos que chegam, a Gazeta almeja que seja regulada e homogeneizada uma cidade que é múltipla. Revela, assim, a utopia burguesa de uma cidade ordenada, entrelaçada à utopia de um planejamento urbano capaz de garantir essa ordem. Para isso é necessário obscurecer as tensões que a própria materialidade da cidade expressa, reprimindo a dialética do processo.

Nessa perspectiva, compreendo que as transformações no traçado urbano significaram, sobretudo, transformações nas relações vividas. Por isso, a presença desses trabalhadores “classificados” como migrantes pela Gazeta do Triângulo sugere recolocar algumas reflexões formuladas por Carmo. Segundo a autora:

Com a reorganização das terras produtivas no cerrado, registra-se de certa forma no município e na região o reordenamento de pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, cuja atividade, voltada em parte para uma economia familiar, se vê diante da competição de uma estrutura produtiva que muitas vezes não lhes permite continuar a trabalhar a terra nos mesmos moldes, cedendo as áreas, até então por eles cultivadas, a essa nova forma de produção (CARMO, 2006: 178).

Carmo analisa esse processo tendo como foco as vivências de trabalhadores que foram forçados a abandonar o campo e estabelecer moradia na cidade e sua luta diária pela sobrevivência por meio do trabalho temporário – principalmente no período da colheita do café – nas fazendas da região. Desta forma, conduz a reflexão sobre este processo como um

²² ARAGUARI 90: Um apelo aos senhores vereadores. *Jornal Gazeta do Triângulo*, n. 4565, 11 jun. 1979.

movimento de reordenação das relações em Araguari, principalmente relacionadas à inserção na cidade de sujeitos que passam a imprimir nela outra dinâmica a partir de seus modos de vivê-la.

Tendo em vista este horizonte de reflexão, busquei então analisar e problematizar as atas da Câmara Municipal com a intenção de compreender como essa reorganização/reordenação da cidade aparecia nos debates empreendidos por aqueles que buscavam “organizá-la”. Essa proposta contribuiu sobremaneira para compreender melhor as transformações ocorridas, além de indicar fissuras que evidenciam disputas sobre a cidade.

A análise das atas possibilitou compreender que esses sujeitos não queriam apenas o direito à moradia, mas, sobretudo, à cidade. Nelas foram registradas as frequentes demandas dos moradores por água, luz, esgoto, encascalhamento e asfaltamento de ruas, colocação de meios-fios, calçadas, transporte coletivo, melhoria no sistema de saúde, reforma de praças e escolas, limpeza de ruas e coleta de lixo²³. Tais demandas apontam que, naquele momento, nem todos tinham direito a esses equipamentos urbanos, ou o acesso era, muitas vezes, um privilégio de quem morava na região central da cidade.

As condições podiam ser tão precárias para os moradores das vilas que um requerimento para coleta de lixo da vila São Sebastião foi retirado de pauta porque, segundo os vereadores, a coleta só é feita em ruas asfaltadas e este pedido poderia abrir precedente para que outras vilas na mesma condição solicitassem tal coleta.²⁴ Isso indica as diversas dificuldades pelas quais passavam os muitos trabalhadores que viviam nas vilas de Araguari.

Eram também recorrentes as solicitações para a instalação de telefones públicos nas vias das cidades, especialmente nos bairros mais afastados do centro, além de serem constantes os pedidos para instalação de aparelhos nos distritos que compõem o município.

Nesse momento, o telefone era um serviço caro, um artigo de luxo que poucos podiam ter, por isso, o uso da Central Telefônica da Telemig não se restringia “aos de fora”

²³ Essas e outras demandas apareceram com frequência nas atas da Câmara Municipal da década de 1980. Sobre as que foram especificamente citadas acima, ver: *Atas da Câmara Municipal*, livros 24 a 29, de 19/09/1983 a 30/12/1988.

²⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 30 maio 1983. Araguari, 1983. Livro n. 23, p. 118.

ou aos trabalhadores dos sítios próximos à cidade, era também uma realidade para os inúmeros moradores de Araguari que não possuíam linha telefônica e que, sequer, tinham um telefone público próximo de suas casas.

Em relação ao serviço público de saúde, os problemas eram ainda mais graves. Nas atas surgem solicitações de convênios com a Universidade Federal de Uberlândia para “assistência às pessoas carentes e que não tem assistência previdenciária”²⁵. Surgem também reivindicações para construção de centros de saúde nos bairros, aumento do número de médicos e especialidades oferecidas, reformas nos centros já existentes, além de denúncias sobre a precariedade dos atendimentos que levavam pacientes à morte²⁶.

As filas no INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – para conseguir atendimento médico era uma realidade que marcava as manhãs da cidade. Era necessário madrugar para conseguir uma das poucas senhas disponíveis, entre as também poucas especialidades oferecidas.

Essas experiências surpreendiam aqueles que imaginavam encontrar nesta cidade alternativas concretas para suas necessidades. Os sonhos de um futuro promissor – que haviam sido sonhados por meu pai, anos antes de nossa vinda a partir de notícias que chegavam sobre a produção do café no cerrado mineiro –, também foram se transformando frente à dura realidade que se impunha. Problemas para conseguir financiamento para a agricultora, secas prolongadas, desconhecimento da tecnologia necessária à produção do café no cerrado, orçamento apertado, dificuldade de acesso à saúde e escola pública para os filhos foram alguns dos enfrentamentos compartilhados com outros trabalhadores de Araguari, fossem eles moradores da cidade ou do campo.

A vivência dessas dificuldades fornecia contornos para as expectativas, embora jamais as destruíssem, e isso pode ser vislumbrado no esforço constante dos trabalhadores em ter seus direitos reconhecidos. A luta por direitos se dava de diferentes formas, seja por meio de abaixo-assinados, seja pela organização de associações de moradores que começaram a ser criadas.

²⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 18 abr. 1983. Araguari, 1983. Livro n. 23, p. 68.

²⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 17 mar. 1987. Araguari, 1987. Livro n. 27, p. 155.

Embora os registros feitos nas atas da Câmara Municipal não traduzam as tensões que envolviam as respostas dadas pelo governo municipal aos seus anseios, ao fornecer pistas sobre quais eram as solicitações enviadas pelos trabalhadores, indicam que estes lutaram pelo reconhecimento de seus espaços.

Essa luta por direitos certamente assustava. As propostas de governo participativo, que marcou a campanha que levou o PMDB a vencer as eleições de 1982²⁷, e a proposta de “lutar unido por maior êxito da cidade”, que aparece nos primeiros anos do governo e em discursos na Câmara Municipal²⁸, era permeada por tensões e tinha também seus limites.

Em uma das atas de 1984²⁹, na qual surgem divergências entre os vereadores sobre a contratação pela Prefeitura de um presidente de associação, é possível perceber que desavenças políticas poderiam dificultar a relação entre a Prefeitura e as associações. Apoiar as ações do prefeito podia fazer com que alguns presidentes de associações conseguissem cargos ou funções na Prefeitura em detrimento de outros, no qual, devido a divergências políticas com o prefeito, sequer os pedidos da associação eram atendidos. Assim, acatar as muitas reivindicações da população pode ser compreendido não apenas como atendimento de seus direitos, mas também como a tentativa de estabelecer relações de favor e controle da vida na cidade.

Nessa direção, chamou atenção a proposição nº 294/87, formulada com o objetivo de suspender e cancelar a permissão de “trailers”, quiosques e barracas em praças e logradouros públicos. Não sendo votada no dia em que foi proposta, abriu a discussão sobre essa forma de trabalho presente nos espaços públicos da cidade, problema que deveria ser resolvido com a alteração do Decreto 19/87 que, segundo o que consta na ata da reunião, foi elaborado inicialmente para atender pedidos da população, oferecendo emprego direto e indiretamente para mais de 200 pessoas³⁰. Além dos “trailers”, incomodavam também “os

²⁷ Entre 1983 e 1988 Araguari foi governada pelo prefeito Neiton de Paiva Neves (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), redator-chefe da Gazeta entre 1964-1966. Na Câmara Municipal os vereadores se dividiam em dois grupos organizados sob a legenda do PMDB e do PDS – Partido Democrático Social, sucessor da extinta Arena.

²⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari*, 19 set. 1983 a 22 maio 1984. Araguari, 1983/1984. Livro n. 24.

²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 14 ago. 1984. Araguari, 1984. Livro n. 25, p. 41 (frente e verso).

³⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 30 jun. 1987. Araguari, 1987. Livro n. 28, p. 18 (verso) e 19.

equinos que andam soltos no centro da cidade”³¹, atrapalhando o trânsito e prejudicando sua “beleza”.

Tais requerimentos informam muito mais sobre as disputas, as tentativas de controlar a vida na cidade e o autoritarismo que marca as relações vividas, do que simplesmente o atendimento aos seus direitos. Dentre eles destacam-se os debates sobre a instalação na rodoviária do serviço de assistência ao migrante para “evitar a mendicância em nossas ruas”³²; a necessidade de organização de um comissariado do menor para o combate à criminalidade de menores³³ – questão que parece ter levantado preocupações durante muito tempo, pois em 1987 foi aprovado o Projeto de Lei nº 03/87, que declarava o ano de 1987 como o “Ano Municipal do Menor Carente” de Araguari³⁴ – ; demarcação dos limites das feiras³⁵; possibilidade da Secretaria de Saúde e Ação Social controlar os exames das “senhoras e senhoritas que na periferia da cidade praticam a vida fácil, sendo portadoras de várias doenças venéreas”³⁶.

Compartilhando dessas mesmas perspectivas, se fizeram presentes nas páginas da Gazeta do Triângulo argumentos que ratificavam essa necessidade de maior controle sobre os trabalhadores. Interpretando as dificuldades pelas quais passava o país, a Gazeta trata a situação de Araguari como caso de polícia:

Araguari recentemente tem assistido cenas terríveis de furtos ou assassinatos horripilantes.
Até parece filme americano de terror. Mata-se para ver o sangue jorrar; dilacera-se o corpo já inerte pela tara.
É o fim dos tempos.
Por isso seria necessário um policiamento ostensivo e bem armado.
Em cada bairro deveria ter um número suficiente de soldados patrulhando constantemente as ruas.
Ouvindo os desconhecidos e exigindo a identificação, no momento.

³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 29 mar. 1988. Araguari, 1988. Livro n. 28, p. 162.

³² CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 26 abr. 1983. Araguari, 1983. Livro n. 23. Importa destacar que esta não é uma prática exclusiva da cidade de Araguari. Sobre isso, ver Moraes (2007), especialmente o terceiro capítulo.

³³ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 21 fev. 1984. Araguari, 1984. Livro n. 23.

³⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 20 jan. 1987. Araguari, 1987. Livro n. 27.

³⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 10 fev. 1987. Araguari, 1987. Livro n. 27.

³⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária*, 23 jun. 1987. Araguari, 1987. Livro n. 28, p. 14 (verso)

Na estação e subestação rodoviária presenciando a chegada dos ônibus e com a sagacidade peculiar do policial observar os passageiros.

Nas proximidades das Escolas – destaque – para as noturnas, pelo menos um soldado armado.

Assim, a cidade teria mais tranqüilidade.

Talvez num esforço conjunto da Polícia Estadual guardas municipais (quem sabe?) para o centro comercial da cidade e colaboração decisiva do próprio Exército, teríamos assegurado para a população o que ela almeja: paz.

Guerra aos perniciosos.

Prisão aos malfeitores.

Menos flexibilidade para a Lei Fleury.

Assim teremos a verdadeira e esperada PAZ³⁷.

Os “desconhecidos”, que certamente podiam ser reconhecidos não somente pela sagacidade dos policiais, mas principalmente pelos seus modos de vestir e falar – que são as primeiras características a serem notadas –, deviam ser barrados, questionados, vigiados e, quem sabe, impedidos de permanecer na cidade. Por meio dessa prática autoritária, que vê o pobre como perigoso, um criminoso em potencial, jovens trabalhadores que frequentavam a escola à noite transformavam-se em suspeitos.

Forma típica que uma sociedade autoritária como a brasileira tem de lidar com os conflitos e contradições que, segundo Marilena Chauí, “são sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como única resposta a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores num geral” (CHAUÍ, 2000: 38).

Essas práticas de controle social indicam a tentativa de estabelecer limites entre cidadãos e os considerados não-cidadãos, ou cidadãos considerados de segunda classe. Fico pensando o que significaria essa paz e segurança e quem era essa população amedrontada que tanto as almejava. Ao que tudo indica, a cidade estava de ponta-cabeça, os trabalhadores, que engrossavam os grupos dos “desconhecidos”, não respeitavam fronteiras sociais e faziam também eles uso do centro da cidade. A partir daí, torna-se possível compreender a busca por impor medidas de controle.

³⁷ POLICIAMENTO. *Jornal Gazeta do Triângulo*. Araguari, n. 5.087, 7 ago. 1983. A lei Fleury (Lei 5941/73), de que fala a reportagem, permitia que os réus primários aguardassem julgamento em liberdade. Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5941.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

Também indica a tentativa de especialização de espaços, uma vez que em alguns lugares facilmente esses sujeitos poderiam ser encontrados, enquanto em outros seu acesso deveria ser regulado.

Nessa direção, percebo que a principal consequência das escolhas e produção de sentidos sobre o passado não pode ser resumida na simples opção por uma determinada versão do passado. Isso porque a memória construída sobre a cidade não é algo natural, mas advém de disputas. Disputas que se fizeram pela própria cidade e pela hegemonia de classe de grupos que nela se constituíam como dominantes. Desta forma, tal produção deve ser pensada como uma via de mão dupla que, ao mesmo tempo em que consagra as memórias de alguns grupos produz socialmente também o seu oposto: o esquecimento de outros modos de viver, especialmente de trabalhadores. Daí a importância da problematização e desconstrução das memórias que se tornam públicas como forma de aprofundar as reflexões sobre o processo de produção social de lembranças e esquecimentos que exclui e/ou incorpora apenas algumas práticas e memórias.

Fontes

AMORIM, Adalindo de. *Ruma à Terra*. Painéis rurais. Araguari: Tipografia São José, 1972.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL. Acervo do Museu da Câmara Municipal de Araguari.

CÉSAR, Edmar. *Afif Rade* – Um marco da imprensa de Araguari. Goiânia: Kelps, 2005.

BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. *Ferrovias e organização do espaço urbano em Araguari (1896-1978)*. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, Jhonny de Oliveira. *As ruralidades do Fundão: origens, valores sócio-culturais e representações comunitárias no município de Araguari-Mg*. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

JORNAL GAZETA DO TRIÂNGULO (1937 a 2000) - Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Araguari: cem anos de dados e fatos*. Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

ZILLI, Rosani Aparecida. *Uma memória oculta*. 1997. 88f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.

Bibliografia geral

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de. *(Re)configurações espaciais na cidade média: a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG)*. 2009. 299f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de sonhos. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes*. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006.

CHAUÍ, Marilena. O que comemorar? *Projeto História*, v. 20, abr. 2000.

_____. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória Popular: Teoria, Política, Método*. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

INÁCIO, Paulo Cesar. *Sudoeste goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias*. 2009. 229f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 525-539.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

Recebido em: 02 de março de 2017

Aceito em: 23 de abril de 2017